

PREFÁCIO

Metáforas espaciais em debate e cidadania em construção: epítetos raciais, marcos legais e memória coletiva na conformação de territórios eticamente diferenciados

Fátima Rodrigues
(DGEOC/PPGDH/UFPB)

Há muita coisa a dizer que não sei como dizer. Faltam as palavras. Mas recuso-me a inventar novas: as que existem já devem dizer o que se consegue dizer e o que é proibido. E o que é proibido eu adivinho. Se houver força. Atrás do pensamento não há palavras: é-se.
(*Água Viva*, Clarice Lispector)

O convite feito por Solange Rocha, coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI/UFPB) para prefaciar os Cadernos Afro-Paraibanos fez-me rever leituras e rememorar acontecimentos vividos em campo, na perspectiva de promover o primeiro encontro entre o (a) leitor (a) e os textos cuidadosamente elaborados e publicados nessa coletânea. Ao transitar entre o *ver* e o *olhar* como propõe Chauí (1998) deparei-me com textos cuja abordagem evidencia a pesquisa social, assim considerada quando envolve comunidades camponesas, populações tradicionais, dentre outros, por meio da investigação direta de cunho qualitativo, seja quando adota procedimentos da história oral e dialoga com dados quantitativos e pesquisa documental, seja quando a escolha metodológica privilegia a pesquisa etnográfica, abordagem que se faz presente nas obras de Geertz (1989) Barth (2000), Oliveira (2000) e DaMatta (1978).

Destacamos como marco dos Cadernos Afro-Paraibanos a contribuição à sociedade brasileira, sobretudo à sociedade paraibana, de estudos que resultam de exercício interpretativo realizado a partir de pesquisas disciplinares e interdisciplinares, da realização de trabalhos técnicos e de trabalhos de campo, que advêm do engajamento pessoal dos autores em espaços geográficos e em exercícios acadêmicos e técnicos diversos.

A forma cuidadosa como as informações foram sistematizadas nesses artigos nos fazem lembrar o debate inovador que realizam os historiadores Le Goff (1990), Ariès (1989) e Ginzburg (2006) em busca de desmistificar o documento, mas sobretudo quando se propõem a tirar o pesquisador do campo das certezas históricas, exercício a que somam-se também os filósofos Foucault (1999) e Ricoeur (1978) com suas interpretações hermenêuticas. Documento no sentido aqui posto não é matéria inerte,

nem tão somente uma peça legal, é sobretudo “tecido documental” que resulta em séries, que mantém relações, revela mentalidades, traduz-se também em descontinuidades, e por conseguinte distancia-se dos significados atribuídos ao documento antes do surgimento da *École des Annales*, quando a legalidade e a oficialidade eram valores preponderantes à aceitação e legitimidade das fontes documentais.

Assumir postura acadêmica nessa perspectiva nos lembra o *ethos* grego, como marca de pertencimento e a escrita como tarefa que se traduz por vezes em liberdade e, por vezes em expressões do ser e do ver. Conhecimento assim produzido, ao mesmo tempo em que chega a público como um discurso revelador de um domínio de análise, cria fissuras na realidade, ensejando novas interpretações. Foi esse entendimento das pesquisas reunidas nessa publicação que proporcionou-me a visão aqui enunciada.

É essa fortuna acumulada que chega a público amalgamada num conjunto de informações, mas chega sobretudo como poder que emana do pensamento crítico e plural. Essa forma de escrita nos conduz ao pensamento de Barth (2000), Geertz (1989), Oliveira (2000) e Santos (2000), seja por intermédio do resultado de suas pesquisas e das incursões que fizeram em campo, seja pelo diálogo que entre eles desdobra-se em críticas, autocríticas e no repensar da interpretação.

Os Cadernos Afro-Paraibanos afirmam-se como espaço de divulgação acadêmica, de modo particular como referência a outros estudos que demandam informações e sistematizações.

Como leitora desses artigos e como estudiosa do tema território e etnicidade voltei-me para certos textos geográficos, mas também para textos históricos e antropológicos, até mesmo para algumas obras clássicas, em busca de entender os significados de determinados “achados” de campo relatados pelos pesquisadores, a exemplo de Eulália Bezerra Araújo, autora do artigo *O caso do Talhado do Monte São Sebastião: um grupo remanescente de quilombo não certificado*, pois a autora ao construir o diagrama de parentesco dos descendentes do Talhado, compreendeu melhor expressões como: “é tudo de um tacho só”; “as pessoas do Talhado são de uma mesma panela”; expressões que traduzem o sentimento de pertencimento a uma só família, composta por uma extensa rede de parentesco que em sua mobilidade do campo para a cidade, territorializa-se em outro espaço, o bairro de São Sebastião, situado na cidade de Santa Luzia, mas leva consigo as marcas da sua história social e das práticas culturais ancestrais que se ressignificam nesse novo espaço de morada. Por meio dessas metáforas “panela e tronco”, a teia parental é explicada à autora, o que lhe permite estabelecer outros nexos e fazer certas afirmações melhor balizadas pela voz dos nativos.

A essa construção das novas relações, ao entrelaçamento entre a memória coletiva que em novo espaço se instala e se põe em diálogo com os sujeitos e os objetos geográficos, denominamos de territorialidade. A palavra territorialidade, derivada de território, demanda uma relação contínua, profícua e afetiva de trocas urdidas por experiências materiais e simbólicas entre o sujeito e o seu *habitat* permanente, ou entre o espaço que o acolhe na provisoriedade, mas que também pela ação política, por laços

parentais ou pela convivência, proporciona conhecimentos e sentimentos que, apesar de revelarem-se em movimentos transitórios e em curtas permanências, traduzem-se também em territorialidade ou, como afirma Costa (2004) em multiterritorialidades. A territorialidade, assim entendida, pode manifestar-se na trajetória de um grupo social em um acampamento dos sem-terra ou, de migrantes acampados em situação provisória, bem como numa comunidade tradicional ou, em certas comunidades urbanas, onde os laços de parentesco reorganizam por vezes as dissensões e acomodam-se a certas coesões. Ao adotar-se essa abordagem, transcende-se o conceito de território como algo fixo, imutável e administrativamente reconhecido pelo Estado, para acolher outras formas de território e de territorialidade, sem que as formas oficiais e administrativas sejam excluídas do campo analítico. Num exercício dessa natureza onde o diálogo com estudos de caso pôs em evidência o território, julgamos pertinente lembrar Friedrich Ratzel, geógrafo alemão que sabiamente conferiu uma conotação política a esse conceito, questão que costuma ser retomada em análises idênticas. Mas cabe também destacar a interpretação do território feita por Raffestin (1993) que, em diálogo com Foucault (1989), propõe a noção *de arranjos territoriais*, conforme destaca Dumont (2010). É fato notório que as dinâmicas espaciais contemporâneas demandam novas leituras, de preferência com a adoção de uma perspectiva interdisciplinar, exercício que pela natureza do conhecimento geográfico, somos convidados a praticar continuamente, conforme destaca o geógrafo Milton Santos em diversas de suas obras e entrevistas.

Cabe comunicar agora a contribuição dos demais autores em suas diversas perspectivas.

Maria Ester Fortes no artigo intitulado *Comunidades quilombolas na Paraíba*, além de percorrer algumas obras clássicas da historiografia paraibana e analisar relatórios antropológicos e legislações, revela as disputas por terra na Paraíba e o difícil percurso feito por parte dos negros e negras até a obtenção do acesso legal à terra de trabalho. Por meio desse artigo, um panorama da territorialização dos negros na Paraíba é traçado, ao mesmo tempo em que questões políticas desdobram-se da leitura e revelam nuances do marco regulatório a que estão submetidos os negros na luta por reconhecimento e reparação.

Ao ler o artigo *O quilombo de Pitombeira* de autoria de Rodrigo de Azeredo Grünwald revisitei a comunidade de Pitombeira. O autor, ao tomar como fonte os dados obtidos em campo para concretização do laudo antropológico da comunidade de Pitombeira e, em diálogo com fontes bibliográficas que abordam a mesma comunidade, lança indagações sobre relatos memorialistas divulgados por outros pesquisadores, a propósito da origem da comunidade de Pitombeira, no que concerne aos seus laços de parentesco com Matheus Velho e José Bento Carneiro, ancestrais que se fazem presentes em alguns relatos ou em referências bibliográficas sobre o Talhado e Pitombeira, em memórias que remetem ao século XIX. As inquietações do autor revelam-se pertinente se considerarmos a memória como uma dimensão “plena de perdas e ressurreições”, o que demanda um certo *punteamento*. É reconhecido por autores de diferentes campos do conhecimento, especialmente historiadores, psicólogos e filósofos, que a memória não pede licença para calar-se, nem tampouco para ressurgir,

cabará sempre à perspicácia do pesquisador e a sua sensibilidade na realização do melhor registro e esse será sempre datado e limitado às circunstâncias diversas e até mesmo adversas que o envolvem em campo. Na adversidade ou não, por intermédio desse autor a comunidade de Pitombeira, ou o Quilombo de Pitombeira, se faz enunciar em diversos aspectos relativos à sua história e memória, bem como em suas atividades econômicas e entrelaçamentos parentais.

Pela escrita de Janine Primo Carvalho de Meneses autora do artigo *Livramento, um quilombo entre fronteiras* somos conduzidos a conhecer o Quilombo do Livramento com suas cantigas, coco de roda e silim. Nessa narrativa acadêmica, a trajetória dos sujeitos pesquisados torna-se plena de possibilidades interpretativas e ainda por seu intermédio descortina-se a memória do trabalho e da servidão em suas várias faces e formas de expressão, sobretudo, pela música que põe em cena estratégias de resistência, dimensões do trabalho e da vida familiar e enseja a visualização de questões pertinentes à história social dos negros de Livramento.

Ao transitar de uma leitura que aborda as especificidades da comunidade quilombola do Matão aos aspectos históricos do processo de ocupação das terras pelos negros no Nordeste, Rodrigo de Azeredo Grünwald no artigo *Aspectos do Quilombo de Matão* traz à cena processos de resistências, além dos aspectos econômicos e culturais dessa comunidade. Aborda também dimensões como a liberdade, associada à reafirmação da etnicidade como um desafio à reflexão sobre os novos sujeitos de direito e suas histórias. Destaca singularidades como os casamentos endogâmicos, como um traço marcante dessa comunidade e informa ainda ao leitor traços fisionômicos da toponímia local por meio de narrativas ancoradas na memória coletiva que evidenciam epítetos raciais associados ao território ancestral: território e etnicidade amalgamam-se dando origem às nomeações como “Pirauzinho dos Negros”, provavelmente derivadas do vínculo de trabalho que mantiveram os negros e negras de Matão com a Fazenda Pirauá. O vínculo com o território os transpõe posteriormente ao epíteto racial “negros do Matão”, hoje comunidade quilombola do Matão ou quilombo do Matão. Segundo o autor: “Se as famílias moradoras da Comunidade de Matão guardam continuidade familiar através de uma linhagem que segue em seis gerações a partir de seu fundador, Manoel Rufino dos Santos, foi só recentemente que se mobilizaram para reivindicar o reconhecimento oficial como remanescentes de quilombo”.

Prosseguindo o nosso roteiro de leitura adentramos a comunidade Grilo pelas trilhas seguidas por Maria Salomé Lopes Marcação e Maria de Fátima Ferreira Rodrigues no artigo intitulado *Comunidade Quilombola Grilo, Paraíba, Brasil: narrativa sobre a construção do território e da territorialidade*. A matéria prima que alimenta a escrita das autoras é a memória dos negros e negras entrevistados(as) que possibilita o descortinar das relações de trabalho e das relações familiares, além de evidenciar um traço particular da comunidade por nós investigado ao qual atribuímos a noção de “batismo do lugar” que enriquece os relatos memorialistas e nos permite estabelecer conexões entre a comunidade e o espaço geográfico na construção da toponímia; esse aspecto abordado confirma a relação entre os sujeitos pesquisados e os objetos geográficos da Comunidade Grilo, algo que buscamos narrar em diálogo com a

Geografia Humanista, especialmente seguindo as trilhas indicadas por Bonnemaïson (2002) e Claval (1999) .

Para além da memória, do território e da territorialidade dos quilombos ou das comunidades quilombolas, o artigo *Condições de moradia e de saúde em três comunidades quilombolas do estado da Paraíba*, de autoria de José Antônio Novaes da Silva nos põe em contato com aspectos relacionados à infraestrutura e à saúde de três comunidades quilombolas: Mituaçu, no município do Conde; Cruz da menina, no município de D. Inez e Caiana dos Crioulos, no município de Alagoa Grande. Essas comunidades demandam atenção no que concerne à saúde, conforme conclui o autor ao fazer uso de dados do Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB) concernentes às condições de moradia, consumo e tratamento da água, fatores reconhecidamente influenciáveis nas condições locais de saúde. Para além dos dados do SIAB a pesquisa de campo, a pesquisa bibliográfica e a sensibilidade do autor contribuíram para o resultado final, um texto bastante informativo que versa sobre um tema incomum.

No roteiro de leitura empreendido nos encontramos com a linguagem fílmica interpretada pelo historiador Elio Chaves Flores. O artigo intitulado *África e Sertão da Paraíba: Luanda, Aruanda* demonstra o cuidadoso diálogo do autor com fartas referências bibliográficas que possibilitaram, além de lançar um olhar atento às técnicas e linguagens próprias do cinema, empreender um colóquio com o cineasta Linduarte Noronha por meio do documentário *Aruanda*. Nas sendas da linguagem fílmica e da interpretação histórica, o sertão transpõe as fronteiras da África, para além do Oceano Atlântico, para materializar-se numa terra calcinada. Imagem assim, linguagem fixa e signo fixador, característica do documento analisado, já fora utilizada por Euclides da Cunha, que ao fazer a cobertura de Canudos e ao escrever suas crônicas e, posteriormente o livro *Os Sertões*, já chamava a atenção da sociedade brasileira sobre as diferenças marcantes entre a nação brasileira presente na Rua do Ouvidor, RJ, e a outra que se fazia presente no sertão da Bahia. Mais que localizar no presente a contribuição preciosa do documentário *Aruanda*, o autor localiza um narrador onisciente que registra: “... o analfabetismo, a fome, o isolamento obriga-os a uma vida primitiva, ao sistema econômico improdutivo, forma um inevitável ciclo vicioso, da terra calcinada às feiras livres e, destas, ao convívio isolado e pobre da região, ao trabalho da cerâmica. Talhado é um estado social à parte do país, existe fisiograficamente, inexistente no âmbito das instituições”.

O texto nos instiga a buscar interpretar o silêncio dos sujeitos na obra de Linduarte Noronha, *Aruanda*, documentário que em sua essência e por meio de estudos que dele desdobram-se ou com ele dialogam, permitiu ao historiador/autor transpor o contexto do filme e parafrasear a seguinte indagação: “o que o documentário documenta?”.

Assim, concluímos um roteiro de leitura extraordinário e revelador. As surpresas registradas no percurso nos fazem lembrar Ariès (1989) quando adverte que “a história com sinalização não existe”. É necessário, portanto, que estejamos sensíveis ao particular, mas também ao geral, às semelhanças, mas também às diferenças, sem os exageros da relativização ao extremo. Postura assim adotada pelos autores, conduz a

outras explicações na mesma escala geográfica de estudos outros realizados, ou a concretizarem-se.

No conjunto dos textos, estimulou-me a forma de olhar e ver dos autores, cuja linguagem é marcadamente reveladora e perscrutadora, e por isso os parabenejo juntamente com os editores. Aos leitores desejo uma boa viagem às diferentes comunidades que povoam essa edição dos Cadernos Afro-Paraibanos, sem esquecer a fluidez da memória como nos lembra Quintana no poema “Essa lembrança que nos vem”

Essa lembrança que nos vem às vezes...

folha súbita

que tomba

abrindo na memória a flor silenciosa

de mil e uma pétalas concêntricas...

Essa lembrança... mas de onde? de quem?

Essa lembrança talvez nem seja nossa,

mas de alguém que, pensando em nós, só possa

mandar um eco do seu pensamento

nessa mensagem pelos céus perdida...

Ai! tão perdida

que nem se possa saber mais de quem!

Expedicionários, João Pessoa, Primavera de 2014.

.

Referências Bibliográficas

ARIÈS, Philippe. *O tempo da história*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editores, 1989.

BARTH, Fredrik. *O Guru, o Iniciador e Outras Variações Antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BONNEMAISON, J.. “Viagem em torno do território” In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. (orgs). *Geografia cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: Editora Uerj, 2002.

CHAUÍ, Marilena.” Janela da Alma, Espelho do Mundo”. In NOVAES, Adauto (org). *O olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando; Uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro, Editora Rocco de Janeiro: 1987.

DUMONT, MARC “Aux origines d’une Foucault dans les géographies Françaises” In: *L’Espace Politique [En ligne]*, 12 | Paris: 2010.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever In: *O Trabalho do Antropólogo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. In: GEERTZ, Clifford: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LOBATO e ROSENDAHL, Zeny. (orgs). *Geografia cultural: um século (3)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

MORAES A. C. R. (Org.) *Ratzel*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RICOEUR, Paul. *O conflito das interpretações – ensaios de hermenêutica*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec; 2002.

SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente contra o desperdício*. São Paulo: Cortez, 2000.